

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) E AS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL E O SEU CONTEXTO HISTÓRICO

Kaild Ehsterfany Gomes de Sousa¹

Miguel Rufino de Souza Neto²

INTRODUÇÃO

No cenário educacional, é percebido que os debates e reflexões de cunho pedagógico contribuí e vem fortalecendo culturalmente a prática da Educação Inclusiva que passa por uma dinâmica histórica e social, assim sendo este artigo tem como objeto de estudo a Educação Inclusiva no Brasil, dando ênfase ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). Para tanto, temos como objetivo estudar os processos históricos educacionais e inclusivos em nossa pátria, bem como a fundamentação legal que rege esta modalidade de ensino e como deve-se ser ofertada as práticas do AEE. Além disso, busca-se compreender as concepções que fundamentam atualmente o Atendimento Educacional Especializado, entendido como um serviço pedagógico voltado à eliminação de barreiras que dificultam a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Utilizaremos, como metodologia de pesquisa, consultas bibliográficas e pesquisas documentais, para que, através disto, possamos perceber as interfaces que permeiam a educação inclusiva e o atendimento educacional especializado, nos fazendo refletir sobre a funcionalidade das práticas educativas inclusivas e suas bases legais.

Este trabalho está organizado em duas sessões, sendo o primeiro dedicado à apresentação do processo histórico da educação formal e inclusiva no Brasil, e na segunda parte, apresentaremos um breve histórico de como se deu o Atendimento Educacional Especializado como proposta de inclusão dentro das escolas regulares de ensino e as bases legais que regem e orientam o fazer pedagógico inclusivo através dos atendimentos direcionados.

CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO SEGUIMENTO EDUCACIONAL INCLUSIVO

¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. cursando o 8º Período de Pedagogia. E-mail: kaildehsterfany@alu.uern.br

² Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. E-mail: miguel20251000145@alu.uern.br

Para compreender a constituição do Atendimento Educacional Especializado no Brasil, faz-se necessário analisar o processo histórico de atendimento às pessoas com deficiência, especialmente a partir do século XIX, período em que surgiram as primeiras instituições voltadas para esse público. Durante muito tempo, as pessoas com deficiência foram excluídas dos espaços sociais e educacionais, prevalecendo concepções marcadas pela discriminação e pela marginalização. Em muitos contextos históricos, as deficiências eram interpretadas por meio de explicações religiosas e moralizantes, sendo associadas a crenças e estigmas sociais que contribuíam para a exclusão dessas pessoas.

Apenas em meados de 1854, que o primeiro marco da educação inclusiva brasileira foi instituído, através da criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Em 1856, mais um passo foi dado rumo a oportunização da educação especializada, com a criação do Colégio Nacional de Surdos-Mudos, atualmente conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Em meados da década de 40, mais precisamente 1946, adota-se uma nova Constituição inspirada na da década de 30, onde "a educação é direito de todos", porém este período histórico, para a educação, foi marcado com as discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (A primeira Lei de Diretrizes e Bases foi criada em 1961; uma nova versão foi aprovada em 1971 e a terceira, ainda vigente no Brasil, foi sancionada em 1996).

No ano de 1954 surge a primeira Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE), e em pouco tempo se disseminou por todo território brasileiro, com a esperança e o objetivo de atender de maneira direcionada e eficaz as necessidades educacionais dos discentes que sofriam com a falta de formação dos profissionais da educação e despreparo das instituições educacionais públicas da época.

No ano de 1977, foi criada através do Ministério da Educação (MEC) a política de Educação Especial, porém ao invés de perpetuar a inclusão dos alunos com deficiências, houve uma maior segregação destes, com a criação de classes e escolas especiais nas redes de ensino. A partir da década de 80 foram formulados os seguintes planos: Plano de Ação da Comissão Internacional de Pessoas Deficientes (1981) e Plano Nacional de Ação Conjunta para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1985).

No ano de 1994, a realização da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais e a publicação da Declaração de Salamanca impulsionaram mudanças significativas nas políticas educacionais, fortalecendo o princípio da inclusão escolar e a defesa do acesso das pessoas com deficiência às escolas regulares.

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COMO OFERTA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No Brasil, nos primórdios do atendimento às pessoas com deficiência seguia-se um modelo clínico e terapêutico, sendo ministrados tais atendimentos apenas nas áreas da saúde e assistência, e só após décadas que essa modalidade passou a ser ofertada nas instituições de ensino de maneira educacional por volta do ano de 1978, através da Portaria nº 186/78, que tinha por objetivo “ampliar oportunidades de atendimento especializado, de natureza médico psicossocial e educacional para excepcionais, a fim de possibilitar sua integração social” (BRASIL, 1978).

No ano de 1986, foi lançada uma nova Portaria (nº 69/86) que embasa as modalidades do atendimento educacional especializado e priorizou este trabalho para profissionais devidamente qualificados. Ainda segundo o documento constitui-se as seguintes modalidades de atendimento educacional: classe comum, classe comum com apoio de sala de recursos, classe comum com apoio de professor itinerante, classe especial, escola especial, centro de educação precoce, serviço de atendimento psicopedagógico e oficina pedagógica.

Além destas Portarias, podemos encontrar em outras Leis e Estatutos registros e escritos sobre a oferta do Atendimento Educacional Especializado, como é o caso da Constituição Federal de 1988 estabelece que é responsabilidade do Estado garantir o Atendimento Educacional Especializado às pessoas com deficiência, prioritariamente no âmbito da rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

Nas concepções atuais da Educação Inclusiva, o Atendimento Educacional Especializado não é compreendido como um espaço de reforço escolar ou substituição do ensino comum, mas como um serviço complementar e suplementar que busca promover a acessibilidade, a autonomia e a participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Nessa perspectiva, o AEE constitui-se como uma estratégia fundamental para a efetivação da inclusão escolar e para a garantia do direito à aprendizagem.

O Atendimento Educacional Especializado deve ser complementar as aulas regulares de ensino e não em substituição ao ensino comum/regular, uma vez que durante os atendimentos serão trabalhadas de maneira diferenciada e direcionada os ensinamentos ministrados nas classes comuns, não havendo assim uma ruptura nas aulas ministradas em detrimento dos atendimentos especializados, sendo necessário assim que haja uma organização para que estes sejam feitos no contraturno escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até alcançarmos o patamar em que nos encontramos hoje em relação aos direitos dos estudantes, muitas lutas foram travadas para que conquistas importantes fossem alcançadas (embora ainda haja muito a ser conquistado e transformado). Podemos destacar como grandes marcos desta evolução a reforma educacional de 1990 com o Programa Educação para Todos na Conferência Mundial de Educação para Todos, onde antes disso apenas a rede privada assumia esse papel em atender através de instituições particulares e filantrópicas.

A Declaração de Salamanca (1994) também nos proporcionou grandes avanços no direito a espaços educacionais inclusivos e reforçou os princípios da inclusão escolar de alunos com deficiência, exigindo assim cada vez mais a garantia do acesso e permanência desses alunos no sistema regular de ensino.

A inclusão dentro da escola e da sala de aula está além da inserção do educando no interior do prédio, mas a inclusão propriamente dita está relacionada ao modo como os conteúdos são trabalhados, a forma como as atividades são realizadas e ainda na interação dos alunos ao realizar aquilo que é proposto pelo professor. O professor tem um papel importante e fundamental no que diz respeito à forma como irá planejar as suas aulas, atentando para todos os aspectos e necessidades que a turma necessita.

Muita coisa mudou e muita coisa ainda deve mudar, pelo menos no que se refere aos termos legais, pois são eles que garantem em alguns casos a permanência destes alunos dentro da escola. Dentre as coisas que mudaram podemos destacar um olhar mais sensível e um atendimento mais preciso referente a cada necessidade apresentada pelo aluno, que acontece nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), mas vale ainda afirmar isso não deve limitar ao único instrumento para a inclusão e avanço dos estudantes com deficiência.

REFERÊNCIAS

BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil: a História das rupturas**. Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1934**.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1937**.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 186 – 1978**.

BRASIL. **Decreto nº 93.481 – 1986**.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**.

BRASIL. Lei Nº 7.853 – 1989.

BRASIL. Plano Decenal de Educação Para Todos – 1993.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Decreto nº 7.611 – 2011.

CAMPELO, Iara Maria. Observação e análise da integração professor-aluno em classes de educação especial. Rio de Janeiro: UERJ, 1990.

DELEVATI, Aline de Castro. AEE: Que “atendimento” é este? As configurações do Atendimento Educacional Especializado na perspectiva da rede municipal de ensino de Gravataí/RS. Porto Alegre, 2012.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro. História da educação dos surdos no Brasil. Universidade Estadual de Maringá, 2015.

SANTANA, Adriana Silva Andrade. Educação Inclusiva no Brasil: Trajetória e impasses na legislação. s/d.

SANTOS, Barbara Poubel dos. O Imperial Instituto dos Meninos Cegos e a historiografia linguística. UFF, s/d.